

**Solvi Participações S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da  
Solví Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva**

#### ***Recebíveis pendentes a longa data***

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a controlada Revita Engenharia S.A. possui contas a receber vencidas há longa data, no montante de R\$30.056 mil (em 2012 R\$ 23.079 mil, que inclui a controlada Vega Engenharia Ambiental S.A. no montante de R\$ 4.315 mil), cuja realização depende do sucesso nas negociações e ações judiciais de cobrança. A Administração da controlada acredita não haver riscos na realização desses créditos e, dessa forma, conclui não ser necessário o reconhecimento de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Considerando a falta de evidências suficientes, até o momento, quanto à realização dessas contas a receber, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à adequação da provisão para o crédito de liquidação duvidosa registrado pela controlada.

#### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva” sobre os valores correspondentes bem como sobre os saldos de 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solví Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Solví Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfases**

### ***Reapresentação das Demonstrações Financeiras***

Em 22 de abril de 2013 emitimos relatório de auditoria com modificações sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas da Solví Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 6, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para atender o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto no que se refere ao método de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto descrito na referida nota explicativa. Conseqüentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida não é mais necessária. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### ***Reequilíbrio quinquenal***

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa no 1, a controlada em conjunto Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA e o Poder Concedente iniciaram em 2009, negociação visando o reequilíbrio quinquenal previsto contratualmente, tendo em vista o desequilíbrio existente em favor da concessionária entre as receitas e o aumento das atuais obrigações operacionais. Em 26 de dezembro de 2012 foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a LOGA que promoveu parcialmente o reequilíbrio, reajustando tarifas e efetuando a liquidação da defasagem tarifária entre 2009 e 2012. Alguns fatores de desequilíbrio ocorridos entre 2009 e 2012 e serviços extracontratuais não foram negociados e a referida negociação ainda depende de eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da controlada em conjunto, e, portanto, as demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2013 não incluem nenhum ajuste contábil que poderá ser requerido conforme acordo entre as partes.

### ***Preparação das demonstrações financeiras individuais***

Conforme descrito na nota explicativa nº3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Solví Participações S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



## **Outros assuntos**

### ***Demonstração do Valor Adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Mateus de Lima Soares  
Contador CRC RJ-079681/O-0

## Solvi Participações S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	11	16.757	54.049	559.958	110.806
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	102.976	105.557	389.610	334.834
Dividendos a receber	13	9.011	6.129	30.035	58.371
Imposto ativo corrente		4.521	1.786	38.774	29.702
Adiantamento de fornecedores		183	112	13.011	12.195
Estoques		105	99	12.720	13.711
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>133.553</b>	<b>167.732</b>	<b>1.044.108</b>	<b>559.618</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	110.200	88.078	180.477	146.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos		580	482	25.791	21.648
Depósitos judiciais		-	1	3.308	4.084
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	14	725.924	652.508	465.624	420.392
Imobilizado	15	1.568	1.922	180.479	156.774
Intangível	16	6.555	5.869	178.337	150.473
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>844.827</b>	<b>748.859</b>	<b>1.034.016</b>	<b>900.307</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>978.380</b>	<b>916.591</b>	<b>2.078.124</b>	<b>1.459.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	27.252	20.915	99.949	92.667
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	183.587	174.014
Salários, benefícios e encargos sociais	21	5.578	5.143	48.054	39.225
Impostos, taxas e contribuições a recolher	23	768	731	34.310	27.556
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	3.279	-
Dividendos a pagar	13	10.541	11.157	12.796	11.651
Debêntures	19	-	-	11.661	-
Adiantamento de clientes		141	140	8.095	2.650
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>44.280</b>	<b>38.086</b>	<b>401.731</b>	<b>347.763</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	29.638	13.846	39.878	55.920
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	121.690	136.672
Parcelamentos fiscais	24	349	484	1.768	2.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	47.384	47.384	62.922	60.218
Provisões	22	-	-	19.839	21.723
Cretores diversos		-	-	6.435	15.210
Debêntures	19	-	-	562.223	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>77.371</b>	<b>61.714</b>	<b>814.755</b>	<b>291.823</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26	415.000	415.000	415.000	415.000
Reserva legal		15.740	13.521	15.740	13.521
Reserva de retenção de lucros		420.489	387.567	420.489	387.567
Ajustes acumulados de conversão		5.500	703	5.500	703
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>856.729</b>	<b>816.791</b>	<b>856.729</b>	<b>816.791</b>
Participação dos não controladores				4.909	3.548
<b>Total do patrimônio líquido consolidado</b>				<b>861.638</b>	<b>820.339</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>978.380</b>	<b>916.591</b>	<b>2.078.124</b>	<b>1.459.925</b>

## Solvi Participações S.A.

### Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares reais, exceto lucro por ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita bruta de serviços prestados	27	9.401	8.549	921.579	982.824
Impostos incidentes sobre serviços prestados	27	(1.340)	(1.218)	(104.395)	(107.785)
Receita operacional líquida	27	8.061	7.331	817.184	875.039
Custo dos serviços prestados		47	18	(650.709)	(694.162)
Lucro bruto		8.108	7.349	166.475	180.878
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	29	(827)	(398)	(14.304)	(30.731)
Despesas administrativas	28	(21.763)	(25.192)	(111.403)	(115.873)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(30)	52.888	(18.110)	29.483
Resultado de equivalência patrimonial		54.734	49.211	78.244	63.501
Resultado antes das receitas (despesas financeiras), líquidas e impostos		40.223	83.858	100.902	127.258
Receitas financeiras	31	6.335	7.625	43.257	23.635
Despesas financeiras	31	(1.940)	(2.209)	(82.732)	(48.144)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		4.395	5.416	(39.475)	(24.509)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.618	89.273	61.427	102.748
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	(334)	(12.485)	(15.915)	(30.686)
Diferido	25	98	(28.062)	528	(21.881)
Incentivo Fiscal		-	-	1.307	-
Lucro líquido do exercício		44.382	48.726	47.348	50.182
Atribuível à: Acionistas da Companhia				44.382	48.726
Participação de acionistas não controladores				2.967	1.455
				47.348	50.182
Lucro líquido por ação no fim do exercício (em r\$)		0,11	0,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Solvi Participações S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	44.382	48.726	47.348	50.182
Outros resultados abrangentes				
Ajustes acumulados de conversão	<u>4.797</u>	<u>995</u>	<u>3.191</u>	<u>(1.036)</u>
Resultado Abrangente da Companhia	<u>49.179</u>	<u>49.721</u>	<u>50.539</u>	<u>49.146</u>
Participação de acionistas controladores	49.179	49.721	49.179	49.721
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.361	(575)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Solví Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de ágio	Reserva de retenção de lucros	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	415.000	11.172	-	370.948	(292)	-	796.828	4.014	800.842
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	48.726	48.726	1.455	50.181
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	995	-	995	(2.031)	(1.036)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	110	110
Reserva legal	-	2.349	-	-	-	(2.349)	-	-	-
Dividendos pagos de anos anteriores	-	-	-	(18.602)	-	-	(18.602)	-	(18.602)
Dividendos propostos	-	-	-	(11.157)	-	-	(11.157)	-	(11.157)
Retenção de lucros	-	-	-	46.377	-	(46.377)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	415.000	13.521	-	387.567	703	-	816.791	3.548	820.339
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.382	44.382	2.967	47.348
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	4.797	-	4.797	(1.606)	3.191
Reserva legal	-	2.219	-	-	-	(2.219)	-	-	-
Reserva especial de ágio	-	-	3.143	-	-	-	3.143	-	3.143
Dividendos pagos de anos anteriores	-	-	-	(1.843)	-	-	(1.843)	-	(1.843)
Dividendos propostos	-	-	-	(10.541)	-	-	(10.541)	-	(10.541)
Retenção de lucros	-	-	-	42.163	-	(42.163)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	415.000	15.740	3.143	417.346	5.500	-	856.729	4.909	861.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Solvi Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		44.382	48.726	47.348	50.182
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações:					
Depreciação e amortização	15 e 16	2.268	2.470	50.441	48.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	-	-	2.841	(39.063)
Equivalência patrimonial	14	(54.734)	(49.211)	(41.916)	(65.319)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		31.213	20.935	59.245	(320)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		-	-	32.505	28.699
Provisão para urbanização de aterros	22	-	-	1.692	(1.430)
Provisão para contingências	22	-	-	8.114	10.988
Imposto de Renda e contribuição social	25	236	40.547	15.386	52.567
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	12	-	(143.884)	(59.132)	58.070
Partes relacionadas	20	(23.939)	(11.155)	(20.647)	(59.622)
Impostos a recuperar		(2.735)	785	(9.072)	(3.388)
Estoques		(5)	-	991	(1.197)
Outros créditos		4.395	(2.489)	(12.440)	547
Depósitos judiciais		1	(1)	27	(1.836)
Ativo financeiro		-	-	1.059	48.276
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	17	8.173	3.776	4.009	(69.181)
Salários, provisões e encargos sociais	21	435	149	8.829	(5.013)
Impostos, taxas e contribuições	23	37	(151)	6.754	(5.668)
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	25	(469)	(12.437)	(13.859)	(44.645)
Partes relacionadas	20	13.885	13.398	(12.797)	32.680
Pagamento de contingências		-	-	(10.940)	(7.569)
Outras contas a pagar		-	-	(788)	5.596
Adiantamentos de clientes		-	140	(3.330)	(3.237)
Refis a pagar		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.143	(88.402)	54.320	29.027
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Baixa por alienação de investimento	14	-	481.278	-	-
Aquisição investimentos - minoritários	14	(44.837)	-	(31.216)	(289.156)
Aumento capital	14	-	(336.043)	-	110
Variação cambial sobre empresas investidas no exterior		-	(7)	496	(299)
Aquisição de imobilizado	15	(682)	(1.028)	(75.251)	(44.317)
Mais valia de ativo - imobilizado		-	-	-	-
Reorganização societária - imobilizado		-	-	-	-
Baixa/transfêrencia de imobilizado/intangível	15 e 16	-	2	22.734	15.986
Baixa do intangível por reorganização societária		-	-	-	456.169
Juros pagos		-	-	(29.557)	(49.583)
Adições ao intangível	16	(1.916)	(65)	(46.662)	(52.045)
Caixa líquido atividades de investimento		(47.435)	144.137	(159.456)	36.865
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos /debêntures		-	-	893.947	220.458
Pagamento de financiamentos		-	-	(328.420)	(127.581)
Reorganização societária		-	-	-	(122.986)
Pagamento de dividendos	26	(13.000)	(35.006)	(11.239)	(5.125)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.000)	(35.006)	554.288	(35.234)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de disponibilidades		<u>(37.292)</u>	<u>20.729</u>	<u>449.152</u>	<u>30.658</u>
Disponibilidades no início do exercício	11	54.049	33.320	110.806	80.148
Disponibilidades no fim do exercício	11	<u>16.757</u>	<u>54.049</u>	<u>559.958</u>	<u>110.806</u>
		<u>(37.292)</u>	<u>20.729</u>	<u>449.152</u>	<u>30.658</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Solví Participações S.A.

### Demonstrações dos valores adicionados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2013	2012
<b>1 – receitas</b>	<b>926.361</b>	<b>958.809</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	921.579	982.824
Outras receitas	8.543	(3.741)
Perda efetiva de contas a receber	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(3.760)	(20.275)
<b>2 – Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(435.350)</b>	<b>(447.546)</b>
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(321.142)	(367.783)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(87.299)	(111.992)
Comerciais, administrativas e contingências	(26.910)	32.229
<b>3 – Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>491.010</b>	<b>511.263</b>
<b>4 – Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(43.457)</b>	<b>(53.117)</b>
<b>5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>	<b>447.553</b>	<b>458.145</b>
<b>6 – Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>121.727</b>	<b>87.136</b>
Resultado de equivalência patrimonial	78.244	65.250
Receitas financeiras	43.483	21.886
<b>7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<b>569.280</b>	<b>545.281</b>
<b>8 – Ddistribuição do valor adicionado (*)</b>	<b>569.280</b>	<b>545.281</b>
8.1) Pessoal	279.806	260.182
Remuneração direta	223.494	209.354
Benefícios	46.213	41.595
F.G.T.S	10.099	9.233
8.2) Impostos, taxas e contribuições	152.401	180.413
Federais	93.374	131.479
Estaduais	12.720	8.978
Municipais	46.307	39.956
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	89.499	54.504
Juros	78.473	42.801
Aluguéis	11.026	11.702
8.4) Remuneração de capitais próprios	47.575	50.183
Juros sobre o capital próprio	226	1
Participação de acionistas controladores	44.382	48.726
Participação de acionistas não controladores	2.967	1.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Solvi Participações S.A. (“Companhia”), entidade controladora do Grupo Solvi, é uma sociedade anônima com sede na Rua Bela Cintra, nº967, município de São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo Solvi’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’). O Grupo está envolvido no segmento de resíduos, saneamento e valorização energética. A Companhia e suas subsidiárias formam um Grupo empresarial composto por 51 empresas (conforme descrito na nota explicativa nº 14) que atuam em 144 cidades brasileiras, 6 municipalidades no Peru, incluindo a capital, 1 na Bolívia e 1 na Argentina, em basicamente três frentes de negócios:

- **Resíduos:** limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados. Também faz operações de aterros com classificação I, II e III, reciclagem, incineração, co-processamento, remediação de áreas contaminadas e manufatura reversa;
- **Saneamento:** captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, tratamento, disposição final de esgoto e gestão comercial;
- **Valorização energética:** geração de energia a partir de fontes renováveis, como biogás, resíduos agroindustriais, dejetos, biomassa e restos florestais. Geração de créditos de carbono por meio de geração de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterros;

### **2 Base de preparação**

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 6 e 7, respectivamente.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16 - cálculo da amortização do intangível.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

##### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo Solvi.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

## **6 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro**

### **6.1 Mudanças das políticas contábeis**

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

O Grupo adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas  
CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto;  
CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Como resultado das modificações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10, o Grupo mudou sua política contábil para determinar quando ele tem controle sobre e, conseqüentemente, quando ele consolida suas investidas.

O CPC 36 (R3) / IFRS 10 introduziu um novo modelo de controle que foca na existência de poder do Grupo sobre uma investida, sua exposição ou direito aos retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a habilidade de usar seu poder para afetar esses retornos.

Após a adoção destes novos critérios a Administração avaliou que determinados investimentos que antes eram controlados tornaram se negócios controlados em conjunto.

CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto  
Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto.

De acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo classificou seus investimentos em negócios em conjunto como operações em conjunto (se o Grupo possui direito aos ativos, e obrigações quanto aos passivos, relacionados ao acordo contratual) ou empreendimentos controlados em conjunto (se o Grupo possui direito somente aos ativos líquidos do acordo contratual).

Ao realizar essa avaliação, o Grupo considerou a estrutura dos acordos, a forma legal de qualquer veículo separado, os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias. Anteriormente, a estrutura do acordo contratual era o único foco da classificação.

A adoção das novas regras contábeis estabelecidas no CPC 19 (R2) e CPC 36, resultou em alterações relevantes na forma de consolidação dos investimentos mantidos pelo Grupo nas subsidiárias diretas e indiretas.

A principal alteração em relação à política contábil adotada em exercícios anteriores é a eliminação da consolidação proporcional para os investimentos em entidades controladas em conjunto, que de acordo com o novo pronunciamento passam a ser contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

Essa alteração produz impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentadas em 31 de dezembro de 2012, conforme evidenciado a seguir:

**Balanco Patrimonial Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 6.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Ativo circulante	924.692	-	(365.074)	559.618
Ativo não circulante	1.183.086	6.000	(288.779)	900.307
<i>Invest. em controladas e contr. em conjunto</i>	<i>61.787</i>		<i>358.605</i>	<i>420.392</i>
<i>Intangíveis</i>	<i>425.849</i>	<i>6.000</i>	<i>(281.376)</i>	<i>150.473</i>
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.107.778</b>	<b>6.000</b>	<b>(653.853)</b>	<b>1.459.925</b>
Passivo circulante	709.723	-	(361.960)	347.763
Passivo não circulante	536.280	4.251	(248.708)	291.823
<i>Credores diversos</i>	<i>12.017</i>	<i>4.251</i>	<i>(1.058)</i>	<i>15.210</i>
<b>Total dos passivos</b>	<b>1.246.003</b>	<b>4.251</b>	<b>(610.668)</b>	<b>639.586</b>
Patrimônio líquido	861.775	1.749	(43.185)	820.339
<i>Participação dos não controladores</i>	<i>46.733</i>	<i>-</i>	<i>(43.185)</i>	<i>3.548</i>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>861.775</b>	<b>1.749</b>	<b>(43.185)</b>	<b>820.339</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>2.107.778</b>	<b>6.000</b>	<b>(653.853)</b>	<b>1.459.925</b>



**Balanco Patrimonial Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 6.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Ativo circulante	924.692	-	(365.074)	559.618
Ativo não circulante	1.183.086	6.000	(288.779)	900.307
<i>Investimentos em controladas e contr. em conjunto</i>	<i>61.787</i>		<i>358.605</i>	<i>420.392</i>
<i>Intangíveis</i>	<i>425.849</i>	<i>6.000</i>	<i>(281.376)</i>	<i>150.473</i>
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.107.778</b>	<b>6.000</b>	<b>(653.853)</b>	<b>1.459.925</b>
Passivo circulante	709.723	-	(361.960)	347.763
Passivo não circulante	536.280	4.251	(248.708)	291.823
<i>Credores diversos</i>	<i>12.017</i>	<i>4.251</i>	<i>(1.058)</i>	<i>15.210</i>
<b>Total dos passivos</b>	<b>1.246.003</b>	<b>4.251</b>	<b>(610.668)</b>	<b>639.586</b>
Patrimônio líquido	861.775	1.749	(43.185)	820.339
<i>Participação dos não controladores</i>	<i>46.733</i>	<i>-</i>	<i>(43.185)</i>	<i>3.548</i>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>861.775</b>	<b>1.749</b>	<b>(43.185)</b>	<b>820.339</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>2.107.778</b>	<b>6.000</b>	<b>(653.853)</b>	<b>1.459.925</b>

**Demonstrações do Resultado Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 6.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Receita bruta dos serviços prestados	2.280.874	-	(1.298.050)	982.824
(Impostos incidentes sobre serviços prestados)	(290.371)	-	182.586	(107.785)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.990.502</b>	<b>-</b>	<b>(1.115.464)</b>	<b>875.039</b>
Custo dos serviços prestados	(1.518.164)	-	824.002	(694.162)
Receitas (despesas) operacionais	(219.607)	-	165.987	(53.620)
<i>Equivalência Patrimonial</i>	<i>(3)</i>	<i>-</i>	<i>63.504</i>	<i>63.501</i>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(47.505)	1.749	21.247	(24.509)
<i>Receitas financeiras</i>	<i>35.015</i>	<i>1.749</i>	<i>(13.129)</i>	<i>23.635</i>
Imposto de renda e contribuição social	(115.021)	-	62.454	(52.567)
Participação de não controladores	(43.228)	-	41.773	(1.455)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>46.977</b>	<b>1.749</b>	<b>-</b>	<b>48.726</b>

**Demonstrações do Resultado Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 6.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Receita bruta dos serviços prestados	2.280.874	-	(1.298.050)	982.824
(Impostos incidentes sobre serviços prestados)	(290.371)	-	182.586	(107.785)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.990.502</b>	<b>-</b>	<b>(1.115.464)</b>	<b>875.039</b>
Custo dos serviços prestados	(1.518.164)	-	824.002	(694.162)
Receitas (despesas) operacionais	(219.607)	-	165.987	(53.620)
<i>Equivalência Patrimonial</i>	(3)	-	63.504	63.501
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(47.505)	1.749	21.247	(24.509)
<i>Receitas financeiras</i>	35.015	1.749	(13.129)	23.635
Imposto de renda e contribuição social	(115.021)	-	62.454	(52.567)
Participação de não controladores	(43.228)	-	41.773	(1.455)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>46.977</b>	<b>1.749</b>	<b>-</b>	<b>48.726</b>

**Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 6.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	171.185	-	(142.158)	29.027
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(83.331)	-	120.196	36.865
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(3.226)	-	(32.008)	(35.234)
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>84.627</b>	<b>-</b>	<b>(53.969)</b>	<b>30.658</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162.181	-	(82.033)	80.148
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	246.808	-	(136.002)	110.806
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>84.627</b>	<b>-</b>	<b>(53.969)</b>	<b>30.658</b>

**Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado 2012**

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (a)	Não controladas	Reapresentado (controladas)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	171.185	-	(142.158)	29.027
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(83.331)	-	120.196	36.865
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(3.226)	-	(32.008)	(35.234)
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>84.627</b>	<b>-</b>	<b>(53.969)</b>	<b>30.658</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162.181	-	(82.033)	80.148
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	246.808	-	(136.002)	110.806
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>84.627</b>	<b>-</b>	<b>(53.969)</b>	<b>30.658</b>

## 6.2 Erro de período anterior

Os ajustes de erro de período anterior referem-se exclusivamente ao reconhecimento de obrigação oriunda da transação de compra da investida Boechat do Bairro pela controlada Revita, ocorrida no exercício de 2011, sendo Ágio de R\$6.000 e ajuste a valor presente R\$1.749 em 2012. Os mesmos efeitos demonstrados nos quadros acima se aplica no Resultado de Equivalência Patrimonial da Companhia e Investimento decorrente da participação acionária na controlada Revita.

## 7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Base de consolidação
- (b) Receita operacional
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d) Benefícios a empregados
- (e) Imposto de renda e contribuição social
- (f) Estoques
- (g) Imobilizado

- (h) Ativos intangíveis e ágio
- (i) Instrumentos financeiros
- (j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- (k) Provisões
- (l) Distribuição de dividendos
- (m) Demonstrações de valor adicionado

**a. Base de consolidação**

**(i) Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para *impairment*. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida são requeridos a serem substituídos (substituição de planos), então todo ou parte do montante do plano de substituição do adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços passados e/ou a serem prestados.

**(ii) Participação de acionistas não controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

**(iii) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**(iv) Perda de controle**

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, aonde o Grupo tem direito aos ativos líquidos e do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

**(vi) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Receita Operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja

envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

**(vii) Receita de serviços prestados - resíduos**

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

**(viii) Contrato de Construção**

A receita de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e os pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato.

O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nas receitas consolidadas estão incluídas receitas de construção advindas de contratos de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº34.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), custos de

empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

**d. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

**(iii) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada Termoverde possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75% até o ano calendário 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• **Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

- ***Imposto diferido***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

**f. Estoques**

Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição; estão segregados em itens destinados ao tratamento de águas, classificados no ativo circulante e em materiais destinados às obras para captação, tratamento e distribuição de água e esgoto, classificados no ativo imobilizado.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimentos e mensuração**

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição da Companhia para o CPC foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.



**(ii) Custos subsequentes**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativas nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**h. Ativos Intangíveis**

**(i) Reconhecimentos e mensuração**

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

**(ii) Bens reversíveis**

Os bens vinculados à concessão, como os sistemas de captações (inclusive poços artesianos), as redes adutoras, coletoras e de distribuição, os reservatórios, as estações de tratamento de água e esgoto, os interceptores, os emissários, as estações elevatórias e as ligações de água e esgoto que serão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato de concessão e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Companhia tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

Um ativo intangível dos bens reversíveis foi reconhecido em 1º de janeiro de 2010, em conformidade com a adoção da Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC1. Como ocorre em contratos semelhantes aos da Companhia, quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário.
  - A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
  - O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente.
  - O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência.
  - O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.
  - A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1, quando:
    - O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
    - O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão;
  - O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:
    - Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção; Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
    - Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.
- (iii) Outros ativos intangíveis**  
Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.
- (iv) Amortização**  
A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 15.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**i. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalente de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumento de dívidas são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos com ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos**

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) Capital Social**

*Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

**(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta

UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na Nota Explicativa nº 26.

**m. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é e a apresenta como parte integrante das suas demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

## **8 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Imobilizado**

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

**b. Ativos intangíveis**

O valor justo dos relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte da geração dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

**c. Estoques**

O valor justo de estoques adquiridos em uma combinação de negócios é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal de atividades do negócio, menos os custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender os estoques.

**d. Contas a receber de clientes e outros recebíveis**

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

**e. Outros passivos financeiros não derivativos**

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## **9 Instrumentos financeiros**

**a. Gerenciamento de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

***Estrutura de gerenciamento de risco***

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão do Grupo de estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho estabeleceu o Comitê de Riscos, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. A comissão reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do

Grupo. O Grupo através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

- *Risco de mercado*

**Risco de câmbio**

As operações efetuadas pela Companhia no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pela Companhia em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os principais valores, já convertidos em reais, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: dólar americano (USD), sol peruano (SOL) e boliviano (BOL).

	Vega			Cia de Inversiones Ambientales	
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Limp Ar Rosário (Ar)	Cia de Inversiones	Vega Peru
<b>Ativo</b>	<b>1.973</b>	<b>41.336</b>	<b>68.389</b> #	<b>42.216</b>	<b>52.544</b>
Ativo circulante	5.397	24.582	47.283 #	2.849	10.448
Ativo não circulante	-	91	9 #	7.109	23.297
Ativo permanente	(3.424)	16.663	21.097 #	32.258	18.798
<b>Passivo</b>	<b>1.973</b>	<b>41.336</b>	<b>68.389</b> #	<b>42.216</b>	<b>52.544</b>
Passivo circulante	1.956	29.762	57.832 #	59	16.146
Passivo não circulante	16.879	7.406	8.864 #	1.438	6.938
Patrimônio líquido	(16.861)	4.167	1.693 #	40.720	29.461
Moeda local	SOL	BOL	ARS	USD	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

R\$	2013	2012
USD	2,16	2,34
Sol Peruano	1,30	1,19
Boliviano	3,23	2,97
Peso Argentino	3,00	2,77



### **Análise de sensibilidade**

Uma valorização (ou desvalorização) do real, dólar americano, sol peruano e boliviano contra qualquer outra moeda em 31 de dezembro, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumentado (reduzido) o patrimônio em 10% de acordo com os montantes demonstrados abaixo.

<b>Efeito em milhares de reais</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valorização</b>	<b>Desvalorização</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>			
USD (variação de 10%)	40.720	3.875	(3.875)
BOL (variação de 10%)	4.167	417	(417)
SOL (variação de 10%)	12.600	1.260	(1.260)

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório.

### **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas ou pós-fixadas, essas indexadas em quase sua totalidade ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

### **Análise de sensibilidade**

A companhia e suas controladas mantêm quase a totalidade de seus empréstimos e aplicações financeiras indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Foram efetuados testes de sensibilidades para cenários adversos, com deterioração superior e inferior a taxa do CDI em 10% e não se observou impactos substanciais de aumento ou redução na dívida líquida das empresas.

### **Risco de preços**

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

### **Concentração de receitas**

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto,

um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco dessas companhias deixarem de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém nesses casos não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- **Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver a sua operação.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

<b>Consolidado</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	183.587	67.675	38.962	15.053	305.277
Fornecedores e outras contas a pagar	99.949	39.878	-	-	139.827
Salários, benefícios e encargos sociais	48.054	-	-	-	48.054
Impostos, taxas e contribuições a recolher	34.310	-	-	-	34.310
Parcelamentos Fiscais	-	871	526	371	1.768
Imposto de renda e contribuição social	3.279	-	-	-	3.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	62.922	-	-	62.922
Dividendos a pagar	12.796	-	-	-	12.796
Debêntures	11.661	212.926	303.842	45.455	573.884
Provisões	-	19.839	-	-	19.839
Adiantamento de clientes	8.095	6.435	-	-	14.530
	<u>401.731</u>	<u>410.546</u>	<u>343.330</u>	<u>60.879</u>	<u>1.216.486</u>

<b>Consolidado</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	174.014	85.658	38.709	12.305	310.686
Fornecedores e outras contas a pagar	92.667	55.920	-	-	148.587
Salários, benefícios e encargos sociais	39.225	-	-	-	39.225
Impostos, taxas e contribuições a recolher	27.556	-	-	-	27.556
Parcelamentos fiscais	-	497	832	751	2.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	60.218	-	-	60.218
Dividendos a pagar	11.651	-	-	-	11.651
Debêntures	-	-	-	-	-
Provisões	-	17.217	-	4.506	21.723
Adiantamento de clientes	2.650	15.210	-	-	17.860
	<u>347.763</u>	<u>234.720</u>	<u>39.541</u>	<u>17.562</u>	<u>639.586</u>

**b. Gerenciamento de Capital**

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital próprio total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídas do montante de caixa e equivalente de caixa. O Capital total é representado pela soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Total do passivo circulante e não circulante	1.216.486	639.586
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(559.958)	(110.806)
Dívida líquida	656.528	528.780
Patrimônio líquido	861.638	820.339
Capital total	1.518.166	1.349.119
Índice de alavancagem	0,43	0,39

**c. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão demonstrados a seguir:

		<b>Consolidado</b>			
		<b>2013</b>		<b>2012</b>	
		<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>Categoria</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	559.958	559.958	110.806	110.806
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	<u>570.087</u>	<u>570.087</u>	<u>481.770</u>	<u>481.770</u>
<b>Total</b>		<u><u>1.130.045</u></u>	<u><u>1.130.045</u></u>	<u><u>592.576</u></u>	<u><u>592.576</u></u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	Mens. pelo custo amortizado	139.827	139.827	148.587	148.587
Empréstimos e financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	305.277	305.277	310.686	310.686
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	<u>573.884</u>	<u>573.884</u>	-	-
<b>Total</b>		<u><u>1.018.988</u></u>	<u><u>1.018.988</u></u>	<u><u>459.273</u></u>	<u><u>459.273</u></u>

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 9) que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e

demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

**d. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Conforme o CPC n. 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS No. 7 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições:

- Nível 1 - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para evidenciar a integridade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

	Categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	559.958	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	<u>570.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>1.130.045</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

**10 Aspectos ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a questões ambientais é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

## **11 Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa	7	13	413	281
Bancos	49	1	22.279	25.238
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>16.701</u>	<u>54.036</u>	<u>537.266</u>	<u>85.287</u>
Total	<u>16.757</u>	<u>54.049</u>	<u>559.958</u>	<u>110.806</u>

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileiro.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº9.

## **12 Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes e outros créditos consolidadas são compostas como segue:

	Nota Explicativa	Consolidado	
		2013	2012
Clientes Públicos:			
Valores faturados		154.246	91.708
Medições a faturar		70.218	43.506
Total		<u>224.464</u>	<u>135.214</u>
Clientes Privados:			
Valores faturados		166.494	192.108
Medições a faturar		18.540	23.044
Total		<u>185.034</u>	<u>215.152</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.237)	(8.396)
Partes relacionadas			
Contas a receber de contratos de concessão	20	143.243	122.599
Outros créditos		-	1.057
		<u>28.583</u>	<u>16.144</u>
Total		<u>570.087</u>	<u>481.770</u>
Circulante		389.610	334.834
Não Circulante		180.477	146.936

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

O saldo de contas a receber na controladora de R\$102.976 refere-se, principalmente, a venda parcial da controlada CSN, nos quais R\$52.965 refere-se a atualização ao valor justo.

### 13 Dividendos

Os estatutos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar e a receber foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a Receber		Saldo a Pagar		Saldo a Receber		Saldo a Pagar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Controladora:</b>								
Solvi Environment	-	-	10.541	11.157	-	-	10.540	11.157
<b>Controladas:</b>								
CIA	59	-	-	-	-	-	-	153
GRI	1.807	1.807	-	-	-	-	-	-
Vega	-	-	-	-	-	-	618	-
Relima	-	-	-	-	-	-	1.348	-
Termoverde	-	-	-	-	908	-	290	-
Vega Sucursal Perú	-	-	-	-	-	-	-	341
<b>Controladoras em conjunto:</b>								
Essencis Soluções								
Ambientais	7.145	4.322	-	-	7.145	4.322	-	-
Vega Peru	-	-	-	-	1.304	-	-	-
Inova	-	-	-	-	4.376	16.285	-	-
Alfnas	-	-	-	-	573	-	-	-
Riograndense	-	-	-	-	9.847	3.871	-	-
LOGA	-	-	-	-	2.336	29.614	-	-
Abrantes	-	-	-	-	455	1.188	-	-
SBC	-	-	-	-	3.091	3.091	-	-
<b>Total</b>	<u>9.011</u>	<u>6.129</u>	<u>10.541</u>	<u>11.157</u>	<u>30.035</u>	<u>58.371</u>	<u>12.796</u>	<u>11.651</u>

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquido, já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

## 14 Investimentos

### a. Descrição das controladas e empreendimentos controlados em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e empresas controladas em conjunto no encerramento dos exercícios:



**Solvi Participações S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2013 e 2012*

Nome da controlada	Atividade principal	Local principal de operação	Participação %	
			2013	2012
<b>Controladas:</b>				
Battre - Bahia Transferência e Trat. de Resíduos Ltda. (b)	Resíduos públicos (operação de aterro sanitário)	Salvador	100%	100%
Companhia de Projetos Ambientais	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
Companhia de Inversiones Ambientales S.A.	Participação em cias. que operam resíduos públicos	Uruguai	100%	100%
Farroupilha - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A. (b)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Farroupilha	100%	100%
GRI - Gerenciamento de resíduos Industriais Ltda.	Resíduos privados (gerenciamento e assessoria)	São Paulo	100%	100%
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (b)	Resíduos privados (tratamento e disposição)	Marituba	100%	100%
Koleta Ambiental Ltda.	Resíduos privados (coleta e transporte)	RJ/SP	100%	100%
Relima Ambiental S.A. (c)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Peru	70%	70%
Revita Engenharia S.A.	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Paulo	100%	100%
Rio Grande Ambiental Serv de Limp Urb e Trat de Resíduos (b)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Rio Grande	100%	100%
RLI Revitalização de Lâmpadas Ltda. (h)	Recuperação de lâmpadas e reatores	Americana	100%	51%
São Carlos Ambiental S.A. (b)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Carlos	100%	100%
São Gabriel Saneamento S.A. (e)	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	São Gabriel	98%	98%
SL Ambiental - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A. (b)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Leopoldo	100%	100%
Solvi Participação em Projetos de Saneamento Ltda.	Participação em empresas de Saneamento	São Paulo	100%	100%
Solvi Valorização Energética Ltda.	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
Termoverde Caieiras S.A. (a)	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
Termoverde Salvador S.A. (a)	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Salvador	100%	100%
Tisfard Investment S.A. (b)	Industrialização e comercialização de bens	Uruguai	100%	0%
Vega Engenharia Ambiental S.A.	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	100%	100%
Vega Peru S.A. (c)	Construção	Peru	100%	100%
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	100%	100%
<b>Empresas controladas em conjunto (joint ventures):</b>				
Abrantes Ambiental Ltda. (b)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Camaçari	57%	57%
Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda. (b)	Resíduos públicos (coleta)	Alfenas	51%	51%
Biotérmica Energia Ltda. (b)	Geração e comercialização de energia elétrica	Porto Alegre	70%	70%
Boechat do Bairro Trat.de Res., Coleta e Conserv. Ltda. (b)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Belford Roxo	51%	51%
Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (d)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Joinville	27%	27%
Companhia de Saneamento do Norte S.A. (i)	Participação em outras empresas	Manaus	49,75 %	49,75 %
Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A. (f)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Minas do Leão	70%	70%
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (d)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Capela	33%	33%
Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda. (k)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Santana	33%	33%
Essencis Ecossistemas Ltda. (d)	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	Belo Horizonte	17%	0%
Essencis Manufatura Reversa S.A. (d)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	50%	50%
Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (d)	Manufatura reversa de aparelhos de refrigeração	São Paulo	26%	26%
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Betim	33%	33%
Hera Ambiental S.A. (b)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	50%	50%
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (b)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Salvador	50%	0%
Logística Ambiental de São Paulo S.A. (f)	Resíduos públicos (conservação e limpeza pública)	São Paulo	51%	51%
Manaus Ambiental S.A. (g)	Resíduos públicos (coleta e destinação)	São Paulo	62,3%	62,3%
Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP. (j)	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	Manaus	49,75 %	49,75 %
Organoeste Biotecnologia & Participação Ltda. (j)	Fabricação de adubos e fertilizantes	Aracruz	43%	0%
Organoeste Indústria e Comércio e Adubos Fertilizantes Ltda. (j)	Holdings de instituições não-financeiras	Curitiba	57%	0%
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	Fabricação de adubos e fertilizantes	Dourados	57%	0%
Piauí Ambiental S.A. (b)	Produção e comercialização de fertilizantes	São Paulo	57%	57%
Prameq Indústria e Comércio Ltda. (d)	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Piauí	51%	0%
Riograndense Participações S.A. (f)	Resíduos (testes e análises técnicas ambientais)	São Paulo	35%	35%
S.M. Watanabe & Cia Ltda. - ME (j)	Participação em outras empresas	Porto Alegre	70%	70%
S.M. Watanabe & Filhos Ltda. - ME (j)	Fabricação de produtos químicos orgânicos	Pirapozinho	57%	0%
SBC Valorização de Resíduos S.A. (b)	Serviços de agronomia e de consultorias agrícolas e pecuárias	Pirapozinho	57%	0%
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (f)	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São B. Campo	75%	75%
	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Minas Gerais	51%	51%

- (a) Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Valorização Energética Ltda.
- (b) Controlada Indireta por meio da controlada Revita Engenharia S.A.
- (c) Controlada Indireta por meio da controlada Companhia de Inversiones Ambientales S.A.
- (d) Controlada Indireta por meio da controlada conjunto Essencis Soluções Ambientais S.A.
- (e) Controlada Indireta por meio da controlada Vega Engenharia Ambiental S.A.
- (f) Controlada Indireta por meio da controlada Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR.
- (g) Controlada Indireta por meio da controlada conjunto Companhia de Saneamento do Norte S.A. - CSN.
- (h) Controlada Indireta por meio da controlada GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda.
- (i) Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.
- (j) Controlada Indireta por meio da controlada conjunto Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.
- (k) Controlada Indireta por meio da controlada conjunto Essencis MG Soluções Ambientais S.A.

**b. Composição dos investimentos e equivalência patrimonial**

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas Demonstrações Financeiras individuais, é como segue:

Empresas controladas	Capital social	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2013	31/12/2012
CIA	37.734	100,00%	40.719	8.164	8.164	40.719	35.497
SOLVI SANEAMENTO	310.462	100,00%	294.484	(1.497)	(1.497)	294.484	288.514
KOLETA	17.319	100,00%	23.249	(1.953)	(1.953)	23.249	20.099
GRI	1.576	100,00%	11.568	2.885	2.885	11.568	9.139
VEGA	50.814	100,00%	17.647	(8.620)	(8.600)	17.647	6.383
SVE	13.706	100,00%	7.758	2.831	2.831	7.758	4.927
REVITA	137.715	100,00%	244.338	50.894	50.884	244.338	198.324
CPA	79	100,00%	(9.751)	(9.751)	(9.751)	(9.751)	-
<b>Total dos investimentos em controladas</b>					42.963	630.013	562.884

  

Empresas controladas em conjunto	Capital social	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2013	31/12/2012
ESSENCIS SOLUÇÕES	112.571	50,00%	193.659	30.085	15.057	96.830	88.918
ORGANOSOLVI	5.680	57,00%	(1.613)	(5.765)	(3.286)	(919)	706
<b>Total dos investimentos em controladas em conjunto</b>					11.771	95.910	89.624
<b>Total dos investimentos na controladora</b>					54.734	725.924	652.508

**c. Movimentação dos investimentos**

Empresas controladas	Saldo de investimento em 2012	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Outras movimentações	Variação cambial investimentos	Saldo de investimento em 2013
CIA	35.497	8.164	-	(7.775)	-	4.833	40.719
SOLVI SANEAMENTO	288.514	(1.497)	7.468	-	-	-	294.485
ESSENCIS SOLUÇÕES	88.918	15.072	-	(7.145)	(15)	-	96.830
KOLETA	20.099	(1.953)	6.111	(1.008)	-	-	23.249
GRI	9.139	2.885	-	(456)	-	-	11.568
VEGA	6.383	(8.580)	19.900	-	(20)	(36)	17.647
SVE	4.927	2.831	-	-	-	-	7.758
REVITA	198.324	50.870	9.697	(17.712)	3.159	-	244.338
CPA	-	(9.751)	-	-	-	-	(9.751)
ORGANOSOLVI	706	(3.286)	1.661	-	-	-	(919)
	<u>652.508</u>	<u>54.754</u>	<u>44.837</u>	<u>(34.096)</u>	<u>3.124</u>	<u>4.797</u>	<u>725.924</u>

**d. Alterações na estrutura societária**

Durante o ano de 2013 foram efetuadas alterações na estrutura societária com o objetivo de adequar a estrutura organizacional e societária das empresas do Grupo às necessidades operacionais e funcionais. As principais alterações estão descritas a seguir:

***Aumento de capital social na Solvi Saneamento***

Em 18 de dezembro de 2013, na 8ª alteração contratual, a Companhia aumento o capital social da controlada Solvi Saneamento no valor de R\$7.468 passando para R\$310.462.

***Aumento de capital social na Koleta***

Conforme alteração contratual em 28 de junho de 2013, a Companhia aumentou o capital social da controlada no valor de R\$3.331.

Conforme nova alteração contratual em 31 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou o capital social da controlada em mais R\$2.780 passando o capital social para R\$17.319.

***Aumento de capital social na Vega***

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou o capital social da controlada no valor de R\$19.900 passando para R\$50.814.

***Aumento de capital social na Revita***

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou o capital social da controlada no valor de R\$9.697 passando para R\$137.715.

***Organosolvi Soluções Econômicas para a Vida S.A***

Em 25 de março de 2013 a Organosolvi ingressou nas sociedades Organoeste Biotecnologia & Participações Ltda, S.M.Watanabe & Cia Ltda e S.M. Watanabe & Filhos Ltda, passando a deter 100% de todas as quotas.

Em 28 de março de 2013, na quarta alteração contratual, a Organosolvi foi transformada de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, sob a denominação de Organosolvi - Soluções Orgânicas para Vida S.A.

Na mesma alteração contratual, posteriormente retificada na assembleia geral extraordinária de 30 de setembro de 2013, a Organosolvi aumentou o capital social em R\$ 2.119, passando de R\$2.766 para R\$ 4.885.

Na assembleia geral extraordinária de 28 de março de 2013 a Companhia aumentou o capital social da Organosolvi em R\$795 passando de R\$4.885 para R\$5.680. Nesta operação apenas a Solvi exerceu seu direito a subscrição de novas ações emitidas pela Organosolvi, portanto, a Companhia registrou um ganho apurado no resultado de R\$866, representando um aumento no investimento da Solvi no valor de R\$1.661.

#### ***Início dos negócios na Argentina***

A controlada Vega Engenharia Ambiental iniciou operações na Argentina através da abertura de uma Sucursal na cidade de Buenos Aires. Em 14 de janeiro de 2013 a Sucursal da Vega, em conjunto com a sócia argentina Caputo S.A.I.C. y F, criaram a empresa Limp-Ar Rosário S.A, localizada na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, após terem vencido o processo de licitação promovido por aquela municipalidade. Nessa associação a Vega ficou com 60% e a Caputo com 40% das ações da Limp-Ar.

A Caputo foi criada com o propósito específico de atuar na execução de contrato de prestação de serviços de limpeza urbana na cidade de Rosário. O objeto da Limp-Ar é a operação de Varrição e Coleta de Resíduos Urbanos, por período de sete anos.

#### ***Aquisição da Hera Ambiental pela controlada Revita***

Em 19.04.2013 a Companhia adquiriu 50% das ações da Hera Ambiental S.A., cujo objeto social é a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação ambiental; a gestão de operação de todo o tipo de obra e instalação relativa ao segmento; a prestação de serviços auxiliares ou complementares dos anteriores, tais como coleta e transporte, com atuação limitada em determinados municípios do Estado da Bahia.

#### ***Aquisição da Piauí Ambiental pela controlada Revita***

Em 07 de maio de 2013 a Revita adquiriu da sócia URCD Ilha Grande Comércio Serviços e Construção S.A 51% das ações da empresa Piauí Ambiental S.A., cujo objeto social é a implantação de empreendimento no estado do Piauí destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, incluindo transporte, transbordo, tratamento, destinação disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos e rejeitos.

#### ***Reestruturações societárias com a finalidade de transferir ativo intangível da Revita Engenharia Ambiental S.A para a subsidiária Companhia RioGrandense de Valorização de Resíduos S.A (CRVR).***

Em 30 de setembro de 2013 a controlada Revita foi parcialmente cindida visando a transferir ativo intangível no valor de R\$13.210 e respectivos IR/CSL diferidos no montante de R\$4.491 para a subsidiária indireta CRVR, empresa operacional cuja aquisição originou o referido ativo intangível na acionista Revita ao final de 2011. Essa operação envolveu também as empresas Riograndense Participações S.A, acionista direta da CRVR e Solvi Participações S.A, acionista direta da Revita, mas não alterou as participações acionárias originais ao final do processo.

### ***Alienações entre partes relacionadas***

#### ***Aquisição parcial da Termoverde Salvador e alienação da parcela adquirida***

Conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em 01 de junho de 2013 a Revita adquiriu 49% das ações ordinárias nominativas da empresa Termoverde Salvador, e conforme Contrato de Compra e Venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Revita alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a esta participação adquirida, correspondente a 4.785.864 ações.

#### ***Alienação da participação acionária na Viasolo***

Conforme contrato de compra e venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Revita alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a participação detida na Viasolo, correspondente a 7.650.000 ações equivalente a 51% do capital da companhia alienada pelo valor de R\$13.772, que refere-se aos valores contábeis do patrimônio líquido da investida.

#### ***Alienação da participação acionária na Riopar***

Conforme contrato de compra e venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Revita alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a participação detida na Riopar, correspondente a 7.000.000 ações ordinárias nominativas equivalente a 70% do capital da companhia alienada pelo valor de R\$19.856, que refere-se aos valores contábeis do patrimônio líquido da investida.

#### ***Venda de Investimentos a valores contábeis para empresa do mesmo grupo econômico***

Em 31 de dezembro de 2013 os investimentos da Revita nas empresas Viasolo Engenharia Ambiental S.A (51%), Termoverde Salvador S.A (49%) e Riograndense Participações S.A (70%) foram vendidos a valores contábeis para a Vega de Valorização de Resíduos S.A - VVR, empresa a qual a Revita possui a participação de 50% no capital.

#### ***Consórcio Porto para a Vida***

As controladas Koleta e Revita sagraram-se vencedoras de um processo licitatório promovida pela Companhia Docas do Estado de São Paulo “CODESP”, dando origem em 10 de junho de 2013 ao Consórcio Porto para a Vida, com o objeto de executar serviços de conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final de resíduos. As participações no consórcio serão de 65% pela Koleta e 35% pela Revita.

A controlada Revita, como operador em conjunto, contabiliza os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto (*joint operation*) de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas específicos.

#### ***Consórcio Planesan***

Essencis e Ambconsult, declaradas vencedoras de um processo licitatório, constituíram o Consórcio PLANESAN, com 17% e 83% respectivamente de participação societária, para a prestação de serviços técnicos necessários à elaboração dos documentos prévios para elaboração do plano de saneamento e estudos e projetos de água, esgoto drenagem e RSU (Resíduo Sólido Urbano).

### **Essencis & HPM**

A Companhia Essencis possui luvas que corresponderão à participação de 18% da receita bruta anual estimada para o primeiro ano de produção na Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda (“HPM”), cuja operação consiste na venda de lama de aciaria com a Gerdau Açominas S.A.

## **15 Imobilizado**

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em Bens de Terceiros	20	193	(193)	-	50
Móveis e utensílios	12,5	7	(2)	5	2
Maquinas e Equipamentos	10	691	(228)	463	447
Equipamentos de informática	23,5	2.391	(1.717)	674	906
Imobilizado em andamento	-	426	-	426	518
		<b>3.708</b>	<b>(2.140)</b>	<b>1.568</b>	<b>1.922</b>

As mutações do imobilizado da controladora estão demonstradas conforme segue:

<b>Custo do Imobilizado</b>	2012	Adição	Transferência	2013
Benfeitorias em Bens de Terceiros	193	-	-	193
Móveis e utensílios	3	4	-	7
Maquinas e Equipamentos	610	81	-	691
Equipamentos de informática	2.208	183	-	2.391
Imobilizado em andamento	518	414	(506)	426
	<b>3.532</b>	<b>682</b>	<b>(506)</b>	<b>3.708</b>

  

<b>Depreciação</b>	2012	Adição	Transferência	2013
Benfeitorias em Bens de Terceiros	(143)	(50)	-	(193)
Móveis e utensílios	(1)	(1)	-	(2)
Maquinas e Equipamentos	(163)	(64)	-	(228)
Equipamentos de informática	(1.302)	(415)	-	(1.717)
	<b>(1.609)</b>	<b>(530)</b>	<b>-</b>	<b>(2.140)</b>

  

<b>Líquido</b>	2012	Adição	Transferência	2013
	<b>1.922</b>	<b>152</b>	<b>(506)</b>	<b>1.568</b>

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	24.348	(8.446)	15.902	6.603
Terrenos e edificações e construção civil	5	9.552	(4.469)	5.083	3.440
Benfeitorias em bens de terceiros	10	10.752	(3.129)	7.623	5.735
Máquinas e equipamentos	10	110.631	(42.046)	68.585	72.412
Móveis e utensílios	10	5.344	(2.695)	2.649	2.849
Equipamentos de informática	20	10.196	(7.807)	2.389	2.634
Veículos e equipamentos	20	112.076	(54.835)	57.241	42.689
Imobilizado em andamento	-	21.006	-	21.006	20.413
		<b>303.905</b>	<b>(123.427)</b>	<b>180.479</b>	<b>156.774</b>



## 16 Intangível

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	20	13.666	(7.111)	6.555	5.869
		<u>13.666</u>	<u>(7.111)</u>	<u>6.555</u>	<u>5.869</u>

As mutações do intangível da controladora estão demonstradas conforme segue:

Custo do Intangível	2012	Adição	Transf.	2013
Software	11.243	1.916	506	13.666
	<u>11.243</u>	<u>1.916</u>	<u>506</u>	<u>13.666</u>
<b>Amortização</b>	<b>2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Transf.</b>	<b>2013</b>
Software	(5.373)	(1.738)	-	(7.111)
	<u>(5.373)</u>	<u>(1.738)</u>	<u>-</u>	<u>(7.111)</u>
<b>Líquido</b>	<b>5.869</b>	<b>179</b>	<b>506</b>	<b>6.555</b>

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	105.057	(45.386)	59.671	49.805
Infraestrutura em transbordos	10	7.480	(4.396)	3.084	3.479
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:					
Infraestrutura - água e esgoto	4,22	3.456	(8)	3.448	-
Edificações	3,11	27	(2)	25	25
Benfeitorias em bens de terceiros	9	3.137	(911)	2.226	2.262
Máquinas e equipamentos	10	17.532	(11.839)	5.693	6.243
Veículos e equipamentos	20	32.830	(20.968)	11.862	5.300
Intangível em andamento	-	6.873	-	6.873	10.449
Software	20	20.263	(13.268)	6.995	12.633
Direitos Contratuais	20	3.882	(3.882)	-	-
Licença de direitos de Uso	-	238	(2)	236	202
Desenvolvimento N. Negócios	-	2.742	(160)	2.582	2.673
Ônus de Concessão	-	2.000	(106)	1.894	1.961
Ágios no Investimento	-	88.755	(15.009)	73.746	55.440
		<u>294.272</u>	<u>(115.937)</u>	<u>178.337</u>	<u>150.473</u>

(\*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor. Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou tempo de duração do contrato de concessão, dos dois o menor, exceto pelos ativos da controlada Manaus cujas vidas úteis remanescentes no encerramento do contrato de concessão (valor residual) serão ressarcidas pelo Poder Concedente, conforme nota explicativa nº 34.



### Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a expansão da rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

As mutações do Intangível estão demonstradas conforme segue:

<b>Custo do Intangível</b>	<b>2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transf.</b>	<b>Variação Cambial</b>	<b>2013</b>
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	88.498	9.222	-	7.337	-	105.057
Infraestrutura em transbordos	7.335	4	-	140	-	7.480
						-
						-
Infraestrutura - água e esgoto	-	2.205	-	1.251	-	3.456
Projetos expansão Infraestruturas						-
						-
Edificações	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias em bens de terceiros	2.934	77	-	126	-	3.137
Máquinas e equipamentos	16.733	950	(286)	134	-	17.532
Veículos e equipamentos	20.664	4.309	(58)	7.426	489	32.830
Intangível em andamento	10.450	5.158	-	(8.735)	-	6.873
Software	23.539	1.956	(5.895)	591	73	20.263
Direitos Contratuais	3.798	-	-	-	84	3.882
Licença de direitos de Uso	202	27	-	9	-	238
Desenv N Negocios	2.742	-	-	-	-	2.742
Ônus de concessão	2.000	-	-	-	-	2.000
Ágios:	69.070	22.755	-	(3.660)	590	88.755
	<b>247.993</b>	<b>46.662</b>	<b>(6.239)</b>	<b>4.621</b>	<b>1.236</b>	<b>294.273</b>
<b>Amortização do Intangível</b>	<b>2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transf.</b>	<b>Variação Cambial</b>	<b>2013</b>
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	(38.693)	(6.693)	-	-	-	(45.386)
Infraestrutura em transbordos (b)	(3.856)	(540)	-	-	-	(4.396)
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:						
Infraestrutura - água e esgoto	-	(8)	-	-	-	(8)
Edificações	(1)	(1)	-	-	-	(2)
Benfeitorias em bens de terceiros	(672)	(239)	-	-	-	(911)
Máquinas e equipamentos	(10.490)	(1.635)	286	-	-	(11.839)
Veículos e equipamentos	(15.366)	(1.374)	56	(4.079)	(204)	(20.968)
Software	(10.905)	(4.459)	2.374	-	(278)	(13.268)
Direitos Contratuais	(3.798)	-	-	-	(84)	(3.882)
Amortização de Lic. De Uso	-	(2)	-	-	-	(2)
Amort. Des N. Negocios	(69)	(91)	-	-	-	(160)
Amort. Ônus concessão	(39)	(67)	-	-	-	(106)
Ágios:	(13.630)	(4.686)	-	3.660	(354)	(15.010)
	<b>(97.520)</b>	<b>(19.794)</b>	<b>2.716</b>	<b>(419)</b>	<b>(920)</b>	<b>(115.937)</b>
<b>Líquido</b>	<b>150.473</b>	<b>20.868</b>	<b>(3.524)</b>	<b>4.202</b>	<b>316</b>	<b>178.336</b>

O total de adições em infraestrutura de aterros foi de R\$6.693, sendo que deste valor, R\$1.114 refere-se ao custo de financiamento junto ao BNDES à taxa Pré-fixada de 7,80% a.a..

### **Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Imparidade)**

Em 2013 a Administração avaliou e julgou não ser necessária a realização do teste de imparidade em todas as subsidiárias do grupo, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos. Dessa forma o teste foi realizado somente nas empresas que geraram ágio quando da aquisição e nas empresas adquirentes. O teste foi também realizado nas empresas que apresentaram prejuízo fiscal.

O teste de imparidade dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui a Companhia, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2013. O trabalho foi inteiramente realizado por empresa especializada.

O valor recuperável foi estimado através do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

O período projetivo do teste foi de 5 (cinco) anos, ou de acordo com o prazo de vigência do contrato, quando se tratar de empresa com propósito específico.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do *WACC (Weighted Average Cost of Capital)*, sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2013 a 2018 e de 2019 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

### **Resultado do teste de imparidade**

Como resultado do teste de imparidade, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 17 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fornecedores		14.045	5.800	92.034	87.209
Partes relacionadas	20	42.845	28.961	47.254	60.051
Credores diversos		-	-	539	1.327
		<u>56.890</u>	<u>34.761</u>	<u>139.287</u>	<u>148.587</u>
Circulante		27.252	20.915	99.949	92.667
Não circulante		29.638	13.846	39.878	55.920

## 18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº9.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			2013	2012
FINAME	3,20% aa a 8,50% aa + TJLP; Pré-fixada 2,50% aa a 8,70% aa e Cesta de Moeda + 3,30% aa a 4,95%aa	De fev/14 a jul/23	38.681	40.847
BNDES, CEF e BNB	2,84% aa a 5,80% aa + TJLP; Pré-fixada 7,80% aa a 9,50%aa e Cesta de Moeda + 3,80% aa a 4,10%aa	De mai/15 a abr/23	82.379	67.185
Empréstimos	2,30%aa a 3,9%aa + CDI e Pré- fixada de 17,46%aa	De jan/14 a out/18	173.137	192.564
Arrendamento Mercantil	1,60%aa a 5,80%aa + CDI e Pré-fixada de 13,81% aa a 13,96% aa	De jun/14 a jan/19	11.080	10.090
Total			<u>305.277</u>	<u>310.686</u>
Circulante			183.587	174.014
Não circulante			121.690	136.672

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pelos bens financiados. Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

A Controlada Revita possui um financiamento bancário junto ao BNDES no montante de R\$ R\$ 20.987 em 31 de dezembro de 2013, cuja amortização se encerra em abril de 2023. O contrato possui garantias e cláusulas restritivas (*covenants*) que se encontram em discussão entre a Companhia e a instituição financeira considerando os impactos da aplicação inicial do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os montantes das parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
2014	-	48.474
2015	46.954	37.184
2016	24.730	18.921
2017	16.420	11.816
2018	13.937	7.972
2019	9.950	5.970
2020	4.468	3.257
2021	2.242	1.319
2022	2.242	1.319
2023	747	440
	121.690	136.672
Total		

### **Investimentos com uso de financiamentos**

Durante o exercício de 2013, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$30.781 (R\$108.032 em 2012). Este valor, na modalidade de financiamentos do FINAME e BNDES, será aplicado na aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura dos aterros sanitários. Isso será refletido na demonstração do fluxo de caixa durante o pagamento parcelado.

## **19 Debêntures**

	<b>Série</b>	<b>Emissão</b>	<b>2013</b>
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
Comp. Projetos Ambientais	Primeira	06/06/2013	300.000
Comp. Projetos Ambientais	Segunda	06/06/2013	200.000
			570.000
Valores contábeis incluindo juros em 31/12/2013:			
Passivo circulante			11.661
Passivo não circulante			562.223
			573.884

### **Revita Engenharia Ambiental**

Em 05 de dezembro de 2013, a controlada emitiu em série única 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um *spread* de 2,25% ao ano.

A amortização será semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

#### **Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)**

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures.

Os *covenants* contratados são: Dívida Líquida/EBITDA e Cobertura de Juros, ambos calculados sobre o consolidado Revita conforme critérios adotados em 31 de dezembro de 2012.

#### **Companhia de Projetos Ambientais**

Em 06 de junho de 2013, a CPA emitiu 500 debêntures simples, no valor nominal total de R\$500.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia real e fidejussória, emitida em duas séries (300 debêntures na primeira série e 200 debêntures na segunda série), integralizadas em 14 de junho de 2013.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Itaú BBA S/A, coordenador líder da emissão.

A amortização será semestral a partir de 06 de junho de 2015 com vencimento final em 06 de junho de 2020. A remuneração é equivalente à taxa de 100% do CDI acrescidas de um *spread* de 2,28% a.a.

#### **Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)**

As Debêntures são garantidas por alienação de ações de emissão representativas de 50% do capital social da Essencis e por fianças da Solvi Participações, Koleta e GRI.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures.

O covenant contratado é a dívida líquida/EBITDA, calculado sobre as demonstrações consolidadas da controladora Solvi Participações. O covenant contratado foi devidamente cumprido.

## **20 Partes relacionadas**

#### **Remuneração de pessoal-chave da Administração**

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$19.317 em 31 de dezembro de 2013 (R\$22.843 em 2012).

#### **Outras transações com partes relacionadas**

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

As contas a receber e pagar de partes relacionadas registradas no ativo não corrente refere-se, substancialmente, a recursos repassados às (captados das) controladas que são remuneradas por juros à taxa de aproximadamente 140% CDI.

**a. Controladora**

Os saldos a receber e a pagar, e as transações com empresas incluídas nas Demonstrações Financeiras individuais, relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstrados a seguir:

Empresa	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Prestação Serviços Administrativos e outros:</b>						
Solvi Participações	2	-	8	-	-	-
VRTC Participações	2	3	-	-	2	1
Servy Participações	9	9	-	-	2	3
Servy Patrimonial	17	17	-	-	2	3
Manaus Ambiental	202	212	10	10	355	350
São Gabriel Saneamento	30	33	-	-	51	53
CSN	4	-	-	-	1	-
Solvi Saneamento	76	248	16	12	23	20
Essencis MG	36	36	-	-	128	104
Essencis Soluções	616	1.444	-	-	1.389	1.216
Catarinense	41	101	-	-	129	103
Ecototal	51	51	-	-	96	83
Essencis Ecossistemas	19	18	-	-	70	60
Prameq Indústria e Comércio	62	67	-	-	38	25
Koleta Ambiental	893	806	-	-	330	318
Consórcio Porto para a Vida	4	-	-	-	1	-
GRI	62	184	-	-	353	300
Vega Engenharia Ambiental	2.067	1.843	11.221	11.342	215	343
Inova	475	416	-	-	1.133	1.188
Vega Valorização de Resíduos - VVR	3	2	1.943	1.944	2	1
Alfenas Ambiental	66	11	-	-	30	26
Riograndense Participações	8	3	-	-	2	1
Battre	310	270	-	-	97	99
Viasolo Engenharia Ambiental	374	245	-	-	274	337
LOGA	195	420	1	19	1.306	1.099
São Carlos Ambiental	41	47	-	-	58	55
SL Ambiental	442	272	-	-	66	66
Boechat	34	69	-	-	87	101
Farroupilha	32	17	-	-	41	42
Rio Grande Ambiental	71	34	-	-	83	86
Abrantes Ambiental	28	62	-	-	96	90
Guamá	-	5	-	-	2	1
Hera Ambiental	40	-	-	-	34	-
Piauí Ambiental	16	-	-	-	4	-
Solvi Valorização Energética	76	143	-	-	2	9
Revita Engenharia	1.011	958	7	884	2.046	1.835
Termoverde Salvador	49	20	1	1	58	39
Biotérmica Energia	1	-	-	-	-	-
Termoverde Caieiras	13	13	-	-	-	-
CRVR	34	-	-	-	166	-

**Solvi Participações S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2013 e 2012*

Empresa	<b>Controladora</b>					
	<b>Saldo de</b>		<b>Saldo de</b>		<b>Receitas</b>	
	<b>contas a receber</b>		<b>contas a pagar</b>		<b>(despesas)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
SBC	46	106	-	-	176	55
Organosolvi	45	28	-	-	45	34
Organoeste Aracruz	20	-	-	-	32	-
Organoeste Indústria	12	-	-	-	5	-
SM Watanabe & CIA PIRAPO	13	-	-	-	5	-
SM Watanabe & FIL PIRAPO	12	-	-	-	5	-
RLI	5	5	-	-	16	8
GPO	726	628	-	-	352	238
Outros	-	-	-	902	-	157
	<u>8.392</u>	<u>8.846</u>	<u>13.207</u>	<u>15.114</u>	<u>9.405</u>	<u>8.548</u>
<b>Reembolsos Administrativos e outros:</b>						
VRTC Participações	-	-	-	-	4	-
Servy Participações	-	-	-	-	5	-
Servy Patrimonial	-	-	-	-	4	-
Manaus Ambiental	-	-	-	-	1.081	-
São Gabriel Saneamento	-	-	-	-	166	-
Companhia de Saneamento do Norte - CSN	-	-	-	-	3	-
Solvi Projetos de Saneamento	-	-	-	-	87	-
Essencis MG Soluções Ambientais	-	-	-	-	628	-
Essencis Soluções Ambientais	-	3	-	-	3.416	3.540
Catarinense Engenharia Ambiental	-	-	-	-	294	-
Ecototal Sistemas de Gestão	-	-	-	-	203	-
Essencis Ecossistemas	-	-	-	-	144	-
Prameq Indústria e Comércio	-	-	-	-	78	-
Koleta Ambiental	-	-	-	-	1.110	1.011
Consórcio Porto para a Vida	-	-	-	-	3	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	-	-	-	-	871	-
Vega Engenharia Ambiental	-	-	-	-	666	965
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	-	-	-	-	1.727	1.654
Vega Valorização de Resíduos - VVR	-	-	-	-	4	-
Alfenas Ambiental	-	-	-	-	82	-
Riograndense Participações	-	-	-	-	4	-
Battre	-	-	-	-	286	-
Viasolo Engenharia Ambiental	-	-	-	-	915	-
LOGA	-	-	-	-	818	1.099
São Carlos Ambiental	-	-	-	-	193	-
SL Ambiental	-	-	-	-	216	-
Boechat	-	-	-	-	141	-
Farroupilha	-	-	-	-	128	-
Rio Grande Ambiental	-	-	-	-	231	-
Abrantes Ambiental	-	-	-	-	316	-
Guamá	-	-	-	-	4	-
Hera Ambiental	-	-	-	-	50	-
Piauí Ambiental	-	-	-	-	13	-
Solvi Valorização Energética	-	-	-	-	5	-
Revita Engenharia	-	-	-	-	3.123	2.560
Termoverde Salvador	-	-	-	-	160	-
Biotérmica Energia	-	-	-	-	1	-
CRVR	-	45	-	-	241	266
SBC Valorização de Resíduos	-	-	-	-	513	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida	-	-	-	-	73	-
Organoeste Aracruz	-	-	-	-	45	-
Organoeste Indústria	-	-	-	-	7	-

**Solvi Participações S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

	<b>Controladora</b>					
	<b>Saldo de contas a receber</b>		<b>Saldo de contas a pagar</b>		<b>Receitas (despesas)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Empresa</b>						
SM Watanabe & CIA PIRAPO	-	-	-	-	8	-
SM Watanabe & FIL PIRAPO	-	-	-	-	7	-
RLI - Revitalização de Lâmpadas	-	-	-	-	26	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	-	2	-	-	1.284	840
Outros	-	-	-	-	-	5.987
	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.385</u>	<u>17.923</u>
<b>Juros sobre capital proprio:</b>						
Compañia de Inversiones Ambientales - CIA	-	-	-	-	-	(170)
Servy Participações	-	-	-	-	-	1.133
Manaus Ambiental	-	-	-	-	-	947
Koleta Ambiental	857	-	-	-	1.008	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	486	99	-	-	456	-
Vega Valorização de Resíduos - VVR	783	782	-	-	-	-
Solvi Valorização Energética	-	-	-	-	-	155
Revita Engenharia	332	4.500	-	-	8.335	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	-	-	-	-	-	429
Outros	-	-	-	-	-	130
	<u>2.458</u>	<u>5.381</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.799</u>	<u>2.624</u>
<b>Contratos de Mútuo:</b>						
Compañia de Inversiones Ambientales - CIA	-	-	5.313	4.454	(193)	-
Servy Participações	21.705	12.850	-	-	1.610	-
Servy Patrimonial	12	-	-	-	-	-
Manaus Ambiental	11.608	10.063	-	-	619	-
Solvi Projetos de Saneamento	22	34	-	-	64	-
Koleta Ambiental	-	740	-	-	57	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	217	191	-	-	27	-
Vega Peru	293	243	-	-	5	-
Solvi Valorização Energética	3.011	2.517	-	-	240	-
Revita Engenharia	-	-	23.530	9.377	(75)	-
Termoverde Salvador	165	153	-	-	13	-
Companhia de Projetos Ambientais	10.931	-	-	-	202	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida	703	11	-	-	5	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	3.660	4.959	-	-	159	-
Vega Sucursal Perú	2.464	-	-	-	-	-
WAP	1.295	3.341	-	-	-	-
RADEL	202	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	16	-	-
	<u>56.288</u>	<u>35.102</u>	<u>28.843</u>	<u>13.847</u>	<u>2.734</u>	<u>-</u>
<b>AFAC:</b>						
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida	796	-	795	-	-	-
	<u>796</u>	<u>-</u>	<u>795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>	10.851	14.277	13.207	15.114	38.589	29.095
<b>Não circulante</b>	<u>57.084</u>	<u>35.102</u>	<u>29.638</u>	<u>13.847</u>	<u>2.734</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>67.935</u>	<u>49.379</u>	<u>42.845</u>	<u>28.961</u>	<u>41.323</u>	<u>29.095</u>



**b. Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Empresa	<b>Consolidado</b>					
	<b>Saldo de contas a receber</b>		<b>Saldo de contas a pagar</b>		<b>Receitas (despesas)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Prestação Serviços Administrativos e outros:</b>						
Solvi Participações	2	2	8	2	-	(115)
Instituto Solvi	-	-	63	16	-	-
Compañia de Inversiones Ambientales - CIA	-	-	-	1.050	-	-
VRTC Participações	2	3	-	-	2	1
Servy Participações	309	15.206	26	-	2	3
Servy Patrimonial	17	17	-	-	2	1
Manaus Ambiental	202	4.159	303	294	355	4.356
São Gabriel Saneamento	6	5	-	-	-	-
Companhia de Saneamento do Norte - CSN	4	-	-	-	1	-
Solvi Projetos de Saneamento	482	199	-	-	2.914	836
Essencis MG Soluções Ambientais	36	76	43	11	(285)	(61)
Essencis Soluções Ambientais	616	1.652	498	1.168	(1.834)	(1.846)
Catarinense Engenharia Ambiental	41	101	-	-	125	102
Ecototal Sistemas de Gestão	51	51	-	-	96	86
Essencis Ecossistemas	19	18	33	20	(99)	(90)
Prameq Indústria e Comércio	62	67	-	-	38	25
Koleta Ambiental	7.520	72	-	-	2.768	235
Consórcio Porto para a Vida	4	-	408	-	1	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	38	75	-	-	217	(485)
Vega Engenharia Ambiental	17.258	-	448	8.384	54	427
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	475	5.126	32	203	1.133	17.947
Vega Valorização de Resíduos - VVR	4.428	-	28	55	595	-
Alfnas Ambiental	66	11	-	-	30	26
Riograndense Participações	8	3	-	-	2	1
Battre	10	80	90	-	(9)	7
Viasolo Engenharia Ambiental	374	278	203	216	274	337
LOGA	195	433	18	39	1.306	1.277
São Carlos Ambiental	7	8	-	-	-	(61)
SL Ambiental	9	-	-	37	-	(1.032)
Boechat	34	131	302	-	(1.249)	101
Farroupilha	-	38	-	-	-	-
Rio Grande Ambiental	30	8	-	-	(11)	-
Vega Peru	1.199	-	-	163	1.999	-
Abrantes Ambiental	28	2.195	130	141	28	1.707
Guamá	-	-	650	590	-	-
Hera Ambiental	40	-	-	-	44	-
Piauí Ambiental	16	-	-	-	4	-
Solvi Valorização Energética	14	20	-	-	-	250
Revita Engenharia	20.211	-	-	741	26.181	127
Termoverde Salvador	-	-	11	136	7	41
Biotérmica Energia	1	-	-	-	-	-
Companhia de Projetos Ambientais	-	-	-	-	-	45
CRVR	34	1.159	9.046	6.566	(14.190)	(9.718)
SBC Valorização de Resíduos	40	5.875	-	-	174	59
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida	45	42	10	-	45	34
Organoeste Aracruz	20	-	-	-	32	-

**Solvi Participações S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

Empresa	<b>Consolidado</b>					
	<b>Saldo de contas a receber</b>		<b>Saldo de contas a pagar</b>		<b>Receitas (despesas)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Organoeste Indústria	12	-	-	-	5	-
SM Watanabe & CIA PIRAPO	13	-	-	-	5	-
SM Watanabe & FIL PIRAPO	12	-	-	-	5	-
RLI - Revitalização de Lâmpadas	87	5	-	-	12	8
GPO - Gestão de Projetos e Obras	726	727	-	-	352	775
Vea Sucursal Perú	52	10.996	-	-	11.679	-
Vega Sucursal Bolívia	-	-	1.592	1.869	-	-
	<u>54.856</u>	<u>48.836</u>	<u>13.942</u>	<u>21.702</u>	<u>32.808</u>	<u>15.405</u>
<b>Reembolsos Administrativos e outros:</b>						
Solvi Participações	-	-	-	-	-	(336)
VRTC Participações	-	-	-	-	4	3
Servy Participações	-	-	-	-	5	13
Servy Patrimonial	-	-	-	-	4	14
Manaus Ambiental	-	-	-	-	1.081	1.011
São Gabriel Saneamento	-	-	-	-	-	(12)
Companhia de Saneamento do Norte - CSN	-	-	-	-	3	-
Essencis MG Soluções Ambientais	-	-	-	-	628	301
Essencis Soluções Ambientais	-	3	-	-	3.416	3.540
Catarinense Engenharia Ambiental	-	-	-	-	294	299
Ecototal Sistemas de Gestão	-	-	-	-	203	202
Essencis Ecossistemas	-	-	-	-	144	145
Prameq Indústria e Comércio	-	-	-	-	78	54
Koleta Ambiental	-	-	-	-	1	-
Consórcio Porto para a Vida	-	-	-	-	3	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	-	-	-	-	5	-
Vega Engenharia Ambiental	-	51	-	-	-	2
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	-	-	-	-	1.727	1.654
Alfenas Ambiental	-	-	-	-	82	66
Riograndense Participações	-	-	-	-	4	2
Battre	-	-	-	-	2	(2)
Viasolo Engenharia Ambiental	-	-	-	-	915	1.107
LOGA	-	-	-	-	818	1.099
Boechat	-	2	-	-	141	94
Abrantes Ambiental	-	-	-	-	316	233
Hera Ambiental	-	-	-	-	50	-
Piauí Ambiental	-	-	-	-	13	-
Revita Engenharia	-	1.875	-	-	4	68
Biotérmica Energia	-	-	-	-	1	-
CRVR	-	53	-	-	241	266
SBC Valorização de Resíduos	-	162	-	-	513	179
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida	-	-	-	-	73	56
Organoeste Aracruz	-	-	-	-	45	-
Organoeste Indústria	-	-	-	-	7	-
SM Watanabe & CIA PIRAPO	-	-	-	-	8	-
SM Watanabe & FIL PIRAPO	-	-	-	-	7	-
RLI - Revitalização de Lâmpadas	-	-	-	-	29	18
GPO - Gestão de Projetos e Obras	-	4	-	-	1.285	841
	<u>-</u>	<u>2.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.150</u>	<u>10.916</u>
<b>Juros sobre capital próprio:</b>						
Viasolo Engenharia Ambiental	-	226	-	-	-	-
Farroupilha	6	-	-	-	-	-

**Solvi Participações S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

Empresa	<b>Consolidado</b>					
	<b>Saldo de contas a receber</b>		<b>Saldo de contas a pagar</b>		<b>Receitas (despesas)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Rio Grande Ambiental	16	-	-	-	-	-
Abrantes Ambiental	-	111	-	-	-	-
Revita Engenharia	111	390	-	-	(226)	(1)
	<u>133</u>	<u>727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(226)</u>	<u>(1)</u>
<b>Contratos de Mútuo:</b>						
Solvi Participações	-	-	-	-	-	(458)
CIA	1.406	23.383	-	-	(193)	(58)
Servy Participações	21.705	17.809	-	-	1.610	947
Servy Patrimonial	12	-	-	-	-	1
Manaus Ambiental	11.608	13.563	-	-	619	1.133
Solvi Projetos de Saneamento	94	-	-	-	84	(3)
GRI	286	-	3	-	34	-
Vega Engenharia Ambiental	-	546	526	30.779	104	(392)
Battre	654	-	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental	-	-	1.114	-	(118)	-
Boechat	-	7.328	-	-	-	720
Rio Grande Ambiental	-	-	1	1	-	(1)
Vega Peru	5	-	5.209	2.195	5	51
Abrantes Ambiental	-	-	-	-	-	98
Solvi Valorização Energética	21	-	-	-	-	-
Revita Engenharia	16.272	-	21	-	1.095	15
Companhia de Projetos Ambientais	-	-	-	-	-	(6)
CRVR	-	-	-	-	-	(11)
Organosolvi	703	11	-	-	6	11
RLI - Revitalização de Lâmpadas	-	-	-	-	-	3
GPO - Gestão de Projetos e Obras	13.495	1	-	-	159	430
Vega Sucursal Perú	12.854	7	16.595	-	(422)	-
Consórcio Vial Kishuara	8.072	4.452	-	-	25	-
Vega Sucursal Bolívia	6	-	-	-	-	-
Consórcio Águas de San Martin	-	3.787	3.674	-	(21)	6
WAP	1.294	-	-	-	-	-
RADEL	202	-	-	-	-	-
	<u>88.690</u>	<u>70.887</u>	<u>27.143</u>	<u>32.975</u>	<u>2.988</u>	<u>2.486</u>
<b>AFAC:</b>						
Solvi Participações	796	-	-	-	-	-
Vega Peru	(1.232)	-	-	-	-	-
Organosolvi	-	-	795	-	-	-
Outros	-	-	5.374	5.374	-	-
	<u>(436)</u>	<u>-</u>	<u>6.169</u>	<u>5.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>	54.989	51.712	13.942	21.702	44.732	26.320
<b>Não circulante</b>	<u>88.254</u>	<u>70.887</u>	<u>33.312</u>	<u>38.349</u>	<u>2.988</u>	<u>2.486</u>
<b>Total</b>	<u>143.243</u>	<u>122.599</u>	<u>47.254</u>	<u>60.051</u>	<u>47.720</u>	<u>28.806</u>

## 21 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Salários	8.350	6.523
Encargos trabalhistas	6.172	5.285
Férias	24.364	16.815
Participação no resultado	9.168	10.602
	48.054	39.225

### Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os custos incorridos com a manutenção do plano montaram R\$1.579 no consolidado (R\$1.056 em 2012), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

### Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$9.168 (R\$10.602 em 2012).

## 22 Provisões

	Consolidado	
	2013	2012
Contingências (a)	13.641	17.217
Urbanização de aterro (b)	6.198	4.506
	19.839	21.723

### a. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais. Os saldos finais, após a dedução dos respectivos depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Natureza da contingência:		
Cível	5.733	9.268
Trabalhista	9.947	9.130
	15.680	18.398
Depósitos judiciais relacionados aos processos de natureza cível e trabalhista	(2.039)	(1.181)
Total	13.641	17.217

As mutações contingenciais estão demonstradas conforme a seguir:

	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2012:	17.217
Provisão 2013	8.114
Pagamentos 2013	(10.940)
Depósitos judiciais	(750)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>13.641</u>

O valor considerável de provisões contingenciais verificado em 2013 refere-se principalmente a revisão dos processos, considerando os recentes julgamentos ocorridos, culminando na alteração da classificação de risco de perda possível para provável, além do ingresso de novos processos.

**b. Provisão para urbanização de aterros**

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$6.198 e R\$5.936 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 10,96% ao ano (11,42% ao ano em 2012). A taxa de juro de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

**Urbanização de aterro sanitário**

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- o tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2013:

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2012:	4.506	5.936
Constituição de provisão	2.284	1.769
Realização da provisão	<u>(592)</u>	<u>(3.199)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><b>6.198</b></u>	<u><b>4.506</b></u>

## 23 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
ISS sobre vendas	9.845	8.242
PIS sobre vendas	3.625	2.968
COFINS sobre vendas	16.005	11.597
ICMS	1.112	897
IRRF	1.728	1.285
PIS/COFINS/CSLL	225	303
INSS Retido	817	777
ISS Retido	155	394
Parcelamento	379	658
Outros	419	435
	34.310	27.556
Total	34.310	27.556

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que traz diversas alterações na legislação tributária federal, nos tributos Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. A MP 627/13 tem por objetivo principal harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (IFRS). Com isso, o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. O novo regime tributário poderá ser adotado pelo contribuinte voluntariamente a partir de 01 de janeiro de 2014 ou mandatoriamente a partir de 01 de janeiro de 2015.

Os principais temas tratados na MP 627/13 foram: Revogação do regime tributário de transição; Distribuição de lucros; Incorporação, fusão e cisão; Mais valia de ativos; Ágio (goodwill); Ganho por compra vantajosa (antigo deságio); Avaliação a valor justo; Recuperabilidade de ativos (*impairment*); Controladas no exterior; contratos de concessão; despesa com emissão de ações; despesas pré-operacionais; variação cambial; contratos de longo prazo; subvenções para investimento; prêmio na emissão de debêntures; contratos de concessão; aquisição de participação societária em estágios; prejuízos não operacionais; e arrendamento mercantil.

A Administração da Companhia vem efetuando uma avaliação das disposições contidas na MP 627, e seus consequentes impactos, esperando concluir até Abril de 2014, quando a MP será convertida em Lei. A partir da conversão em Lei, o governo federal deverá estabelecer as regras e o prazo para as empresas exercerem a opção da aplicabilidade das alterações introduzidas, se em 2014 ou somente a partir de 2015.

Em se tratando de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, a Administração da Companhia já concluiu que não pagou dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do limite fiscal tratado na MP 627.

## 24 Parcelamentos fiscais

A Companhia e algumas controladas possuem débitos fiscais no âmbito da Secretaria da Receita Federal, os quais foram parcelados de acordo com as normas do programa Refis instituído pela Lei nº 11.941/09.

A composição e movimentação, durante o exercício, das contas a pagar referentes aos Programas Refis são como segue:

	Controladora	Consolidado	
		2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.738	2.086
Pagamentos efetuados		(500)	(665)
Atualização monetária		(91)	1.317
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.147	2.738
Menos - parcelas do circulante (classificado em “Impostos, taxas e contribuições a recolher”)		(379)	(658)
Parcelas do não circulante		1.768	2.080

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

## 25 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Companhia possuíam registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais acumulados	237.589	238.141	340.984	309.214
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (a)	-	-	(42.103)	(32.151)
Lucro diferido de parcela a receber de alienação de investimentos	(65.974)	(65.974)	(65.974)	(65.974)
Amortização do deságio	(57.012)	(57.012)	(57.012)	(57.012)
Demissões de Transferidos	-	-	2.314	-
Provisão perda estoque	-	-	580	-
Provisão para contingências	-	-	13.640	21.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	11.237	1.661
Provisão para urbanização de aterro	-	-	6.198	4.506
Provisão para participação nos resultados	1.638	1.349	4.936	5.394
RTT	(16.379)	-	(10.482)	-
Compensação de prejuízos fiscais e outros	69	71	(702)	3.779
Base total final	99.931	116.575	203.615	191.328
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	33.977	39.636	69.229	65.051
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(80.780)	(86.537)	(106.360)	(103.622)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.804)	(46.902)	(37.131)	(38.570)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	580	482	25.761	21.648
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(47.384)	(47.384)	(62.922)	(60.218)
Não circulante - passivo	(46.804)	(46.902)	(37.161)	(38.570)

- (a) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.



Em 31 de dezembro de 2013, a reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido antes dos impostos e das participações no resultado	44.618	87.524	58.461	99.544
Efeito RTT	<u>2.978</u>	<u>68.445</u>	<u>1.000</u>	<u>76.104</u>
	47.596	155.969	59.461	175.648
Alíquota nominal do IR e da CS - %	34%	34%	34%	34%
Provisão de imposto de renda e contribuição social	(16.183)	(53.029)	(20.217)	(59.720)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	19.622	19.172	26.332	21.606
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(5.585)	(13.494)	(4.344)
Brindes/multas indedutíveis	(30)	(27)	(1.428)	(284)
Bônus/doações/patrocínios	(86)	(6.536)	(5.556)	(5.776)
Participação nos resultados	(247)	(323)	(341)	(1.672)
13º salário dos diretores	(106)	(93)	(479)	(397)
RTT	-	-	2.008	1.510
Outras diferenças permanentes	<u>(3.206)</u>	<u>5.874</u>	<u>(905)</u>	<u>(3.487)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(236)	(40.547)	(14.080)	(52.566)
Correntes	(334)	(12.485)	(15.915)	(30.686)
Diferidos	98	(28.062)	528	(21.881)
Incentivos fiscais	-	-	1.307	-

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar com lucros tributáveis futuros é de R\$340.984 (R\$309.214 em 2012), os quais poderão ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual.

## 26 Patrimônio líquido

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 está representado por 415.000.000 ações ordinárias nominativas (415.000.000 ações em 2012), com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$415.000, registrado na rubrica “Capital Social”.

### a. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos:

Em julho de 2013 foram pagos dividendos no valor de R\$13.000, sendo que R\$11.157 estava provisionado em dividendos a pagar em 2012, e R\$1.843 foram utilizados da Reserva de retenção de lucros.

Com base no lucro líquido apurado em 2013, no valor de R\$44.382, já deduzido da reserva legal no valor de R\$2.219, foi constituído dividendos estatutários mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$10.541.

**b. Reserva de retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

**27 Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	590.009	581.576
Clientes privados	<u>315.372</u>	<u>373.083</u>
Total receita bruta de serviços	905.381	954.659
Receita de construção	<u>16.198</u>	<u>28.165</u>
Total receita bruta	<u>921.579</u>	<u>982.824</u>
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(35.650)	(33.502)
PIS	(11.132)	(12.248)
COFINS	(51.280)	(56.239)
ICMS	<u>(6.333)</u>	<u>(5.796)</u>
Total impostos incidentes sobre vendas	<u>(104.395)</u>	<u>(107.785)</u>
Receita Líquida	<u>817.184</u>	<u>875.039</u>

A receita reconhecida com relação à construção em 2013 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº34) em 2013 são como seguem:

<b>Empresa</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Custo de construção</b>	<b>Lucro bruto</b>	<b>Margem de lucro</b>
Battre	6.830	6.762	68	1,0%
RGA	1.723	1.723	-	0,0%
Farroupilha	539	539	-	0,0%
São Carlos	4.615	4.338	277	6,0%
São Gabriel	2.384	2.384	-	0,0%
SLA	107	107	-	0,0%
Total	<u>16.198</u>	<u>15.853</u>	<u>345</u>	

## 28 Despesas administrativas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Remuneração direta mão de obra	(45.469)	(47.487)
INSS	(7.884)	(6.940)
FGTS	(2.253)	(2.111)
Benefícios	(5.724)	(5.236)
Alugueis	(4.032)	(4.147)
Depreciação	(3.360)	(3.857)
Materiais	(497)	(545)
Fretes e Carretos	(239)	(422)
Impostos Federais	(231)	(236)
Serviços de Terceiros	(23.848)	(33.736)
Tributos, Seguros e Contribuições	(8.575)	(2.645)
Viagens e Estadias	(5.633)	(4.298)
Outros	(3.658)	(4.213)
Total	<u>(111.403)</u>	<u>(115.873)</u>

## 29 Despesas comerciais

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.700)	28.353
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(176)	(47.826)
Patrocínios, brindes e doações	(3.679)	(2.192)
Propaganda e publicidade	(7.738)	(7.947)
Outros	(1.011)	(1.119)
	<u>(14.304)</u>	<u>(30.731)</u>
Total	<u>(14.304)</u>	<u>(30.731)</u>

## 30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita (despesas) de aluguel	23	220
Receitas Eventuais	7.910	2.612
Despesas e provisões contingenciais	(5.739)	(11.258)
Patrocínio e doações	(12.967)	(15.180)
Resultado venda de imobilizado	865	1.000
Resultado de investimentos	(890)	53.435
Outras despesas e receitas	(7.312)	(1.346)
	<u>(18.110)</u>	<u>29.483</u>
Total	<u>(18.110)</u>	<u>29.483</u>

## 31 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receitas financeiras:		
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	1.749
Receitas juros sobre contratos de mútuo	4.280	3.852
Variação monetária	-	1.275
Rendimentos sobre aplicações financeiras	33.757	8.405
Juros recebidos e descontos obtidos	5.220	8.354
	<u>43.257</u>	<u>23.635</u>
Total	<u>43.257</u>	<u>23.635</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(3.698)	(3.385)
Despesas bancárias	(5.688)	(3.615)
Ajuste de valor presente das contas a receber	(539)	(923)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(4.285)	(6.662)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(757)	(928)
Despesas multas e moras financeiras	(516)	(668)
Tributos sobre movimentações financeiras	(4.258)	(4.773)
Juros sobre financiamento	(62.992)	(27.190)
	<u>(82.732)</u>	<u>(48.144)</u>
Total	<u>(82.732)</u>	<u>(48.144)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(39.475)</u>	<u>(24.509)</u>

### **32 Cobertura de seguros (não auditado)**

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

- Riscos Operacionais: R\$2.750;
- Danos Materiais: R\$2.750; e
- Responsabilidade Civil: R\$5.500

### **33 Passivos contingentes**

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2013, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº22, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perdas possíveis, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$12.891.

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2013 são:

#### **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - VEGA Engenharia Ambiental**

Em setembro de 2003, a controlada VEGA foi autuada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no valor atualizado (dezembro de 2013) de R\$20.122, sob o entendimento de que a VEGA incorreu em irregularidade formal na compensação de débitos com créditos entre filiais, relacionados a retenções de faturas de serviços prestados no período de julho de 2000 a maio de 2003. A VEGA recorreu na esfera judicial propondo ação anulatória distribuída perante a Justiça Federal de São Paulo. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 1ª Instância, e atualmente encontra-se em fase de recurso de apelação perante o TRF3 (2ª Instância). De acordo com os assessores jurídicos da VEGA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Ainda, segundo os assessores jurídicos, a probabilidade de ganho da empresa é provável com relação ao pedido de restituição das contribuições compensadas entre filiais (à exceção do valor da multa de mora).  
Obs.: O artigo 31 da Lei nº 11.941/09 veio permitir a compensação de créditos entre filiais da mesma empresa, a partir da sua publicação.

#### **Receita Federal - VEGA Engenharia Ambiental**

Em 10 de dezembro de 2004, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração relativo à Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) da controlada VEGA em decorrência da suposta prática de infrações fiscais nos períodos-base 1999, 2000 e 2001.

A VEGA contestou a autuação, e sua defesa foi parcialmente acolhida na esfera administrativa, já concluída. Com relação aos itens não acolhidos no Processo Administrativo, a VEGA, em 31/05/2013, promoveu Ação Anulatória em face da União Federal, perante a 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, com o fim de desconstituir os débitos tributários remanescentes. O valor atualizado em discussão (dezembro de 2013) é de R\$25.731.430,68, sobre o qual foi garantido o Juízo, por meio de Apólice de Seguro Garantia Judicial, emitida pelo Banco Itaú Seguros S.A. De acordo com os assessores jurídicos da VEGA, a probabilidade de êxito é possível. Assim sendo, não há provisão constituída para esse processo.

#### **Concorrência Pública nº 12/2009 Prefeitura Municipal de Canoas - VEGA Engenharia Ambiental**

Trata-se de Ação Popular que pretende a decretação de invalidade de contratos emergenciais, avençados com a Municipalidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, bem como a devolução de valores recebidos pela empresa. Pela documentação existente nos autos, não há evidências de irregularidades nas contratações. Ademais, ainda que a ação venha a ser julgada procedente ou procedente em parte, como houve a prestação correta dos serviços e a Administração usufruiu de tais serviços, a hipotética procedência se limitaria ao reembolso de eventuais valores que, necessariamente, seriam apurados por meio de perícia técnica; portanto não há como estimar valor no atual estágio processual.

#### **Ação Civil Pública - SL Ambiental**

Em 09 de junho de 2005, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo), ingressou com Ação Civil Pública em face da Companhia e da Municipalidade, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado entre a Companhia e o Município de São Leopoldo. Aguarda-se julgamento final de Reclamação interposta pela Companhia perante o STF, o qual deferiu liminar suspendendo o andamento do processo originário. A PGR emitiu parecer pela procedência da Reclamação. Considerando que não haverá desembolso financeiro no caso de sentença desfavorável, e que os assessores jurídicos avaliaram a probabilidade de perda como possível, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

#### **Cível e tributário - Manaus Ambiental**

Em 2 de janeiro de 2003, o Ministério Público ingressou com ação civil pública para obrigar a Companhia a efetuar o tratamento de esgotos, conforme determina a legislação ambiental. Entretanto, as metas do Contrato de Concessão estabelecem índices de coleta de esgotos diferentes dos índices de tratamento de esgotos determinados pela legislação ambiental. Desse modo, as metas contratuais foram renegociadas com o Poder Concedente. Os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível nessa ação civil pública. Assim, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Vale ressaltar que na repactuação do Contrato de Concessão foram estabelecidas metas para o tratamento de esgotos obedecendo à legislação ambiental, o que, por sua vez, contempla o objeto da ação civil pública.

#### **Ação do Ministério Público - LOGA**

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela LOGA para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável. A controlada foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no Contrato de Concessão nº 27/SSO/04,

os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, a única cliente da controlada.

#### **Cível - Demais controladas**

Algumas empresas controladas figuram no polo passivo em ações civis públicas, cujo objeto são os contratos avençados com o Poder Público, decorrentes da própria atividade das empresas, que se concentra, com maior relevância, na prestação de serviços públicos de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. Em tais ações, as empresas são defendidas por escritórios especializados e de excelência comprovada, com o acompanhamento da área jurídica interna. Os advogados externos avaliam que tais ações são de valor inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável. Ademais, em todas as ações o prognóstico de êxito é possível, razão pela qual tais ações não possuem valores provisionados.

### **34 Contratos de concessão**

#### **CONTRATO DE CONCESSÃO - Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA (“LOGA”)**

O Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em outubro de 2013, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 6,68%.

#### **Reequilíbrio Quinquenal**

O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014.

Além disso, foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a empresa em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observadas: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário para o 12º ano da Concessão, em que se inclui a terceirização de aterro a partir do 7º ano até o final do 11º ano e deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário.

### **CONTRATO DE CONCESSÃO - Manaus Ambiental S.A. (“MANAUS”)**

A Manaus Ambiental S.A. é concessionária do contrato que tem por objeto social a execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários na cidade de Manaus/AM. Em 2012 o contrato de concessão foi aditivado, tendo sido prorrogado por mais 15 anos, passando o prazo de vigência para 20 de julho de 2045. O aditivo supra também alterou a relação tarifária para cobrança de esgoto de 80% para 100% e instituiu a tarifa social.

Em 22 de outubro de 2013 a Companhia firmou o contrato de interdependência entre operadores com a COSAMA - Companhia de Saneamento do Amazonas e o Consórcio Público PROAMA (Programa Águas para Manaus), este representando a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado. O contrato tem como objeto o fornecimento pela COSAMA de água tratada no atacado à Manaus Ambiental, que com isso fortalecerá o abastecimento de água nas Zonas Norte e Leste de Manaus.

O modelo contratual contempla o pagamento à COSAMA pelo volume de água fornecido, bem como a contabilidade apartada com resultados repartidos entre Estado, Município e Manaus Ambiental.

#### **Direitos sobre a infraestrutura**

Conforme disposto pelo IFRIC 12, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma a Companhia e suas controladas registraram ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	São Gabriel	Battre	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Relima	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	-	45.761	5.723	1.531	-	6.657	-	59.672
Infraestrutura em transbordos	-	3.084	-	-	-	-	-	3.084
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:								
Infraestrutura - água e esgoto	1.352	-	-	-	-	-	-	1.352
Projetos expansão Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Edificações e Construção Civil	-	-	-	-	26	-	-	26
Benfeitorias em bens de terceiros	-	556	1.655	15	-	-	-	2.226
Máquinas e equipamentos	207	2.992	1.569	485	373	67	-	5.693
Veículos e equipamentos	-	69	1.393	283	10	934	9.173	11.862
Imobilizado em andam.	1.951	903	862	282	112	2.764	-	6.874
	3.510	53.365	11.202	2.596	521	10.422	9.173	90.789



Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Manaus Ambiental S.A	Abastecimento de água e serviços de tratamento de esgotos para as áreas urbanas de Manaus/AM	45 anos a partir de julho de 2000	365.582	Anualmente com base em índice específico (IGPM)	100% dos itens necessários para execução do contrato	Cumprir os marcos contratuais de manutenção e expansão do sistema de água e esgoto	Renovação ocorrida em 2012, prorrogando o contrato por mais 15 anos.	A renegociação contratual ocorrida em 2007 resultou em um equilíbrio entre as receitas e os investimentos necessários	Em 10 de janeiro de 2007, para: (a) atribuir novas áreas a serem atendidas pelos serviços de concessão; (b) redefinir metas, (c) revisar os ajustes tarifários, e (d) redefinir a estrutura tarifária. Em 2012 prorrogando o contrato por mais 15 anos e instituindo a tarifa social.
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	398.565	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Demais ativos reversíveis. Poderão ser revertidos conforme repactuação contratual	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Pode ser renovado por igual período ou depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	87.766	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.
				*	*	*			

Marcos Otávio Gondaline  
Contador  
CRC 1SP137002/O-4